

Carlos Roberto Santos de Lima

Universidade Federal Fluminense

Mestrando Programa de Pós-graduação em Administração – PPGAd UFF

Resumo:

Este trabalho é um resumo da parte teórica de um projeto de pesquisa, que tem por objetivo investigar e compreender como alunos de graduação se apropriam das bibliotecas universitárias de sua instituição. O trabalho está embasado em conhecimentos teóricos-científicos sobre a apropriação do espaço público das bibliotecas universitárias. No primeiro momento, discutimos sobre os conceitos de apropriação do espaço público para compreender a apropriação das bibliotecas pelos alunos de graduação. Em seguida a sua importância e finalizamos discutindo a apropriação do espaço público – biblioteca.

A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO – BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

1 Apropriação do Espaço Público

Para compreender melhor o termo apropriação de espaço público, o mesmo é dividido em partes. Primeiro é preciso entender o significado de espaço, depois espaço público e seus tipos e por último o significado de apropriação. O filósofo Lefebvre (1991) em seu livro *The Production of Space*, descreve espaço como sendo uma representação geométrica abstrata com forma, tamanho, distância e objetos, onde ocorrem relacionamentos sociais, limitados por relações de poder que geram múltiplos significados sobre cada lugar. O autor dividiu seu trabalho em três áreas: espaço mental; depois o espaço físico concreto; e o por último, espaço social, o local criado através das relações sociais entre indivíduos e grupos.

Goheen (1998) ao analisar a formação das sociedades européias e americanas do século XIX, percebe que espaço público e esfera pública eram uma única coisa. Nesta época a burguesia temia a organização do povo, pois eram a maioria e poderiam tirar-lhes das mãos o domínio da máquina pública, que lhes servia como legitimador ideológico de seus atos. Em consequência disso, o setor público era visto de maneira pessimista, por causa de sua inércia em atender as demandas sociais da época. Contrariamente, o setor privado sob o comando da burguesia, era visto positivamente, por impulsionar a sociedade com comércio, indústria e geração de empregos. No entanto, segundo o autor esse pensamento começa a mudar quando surgem as ciências sociais que passam a estudar a sociedade, dar voz e espaço a grupos que antes eram marginalizados. O espaço público começou a adquirir um contorno democrático, por oferecer liberdade de acesso a todos sem distinção e voz para expressar ideias. No geral, Goheen (1998) resume espaço público como sendo um lugar dinâmico, cheio de significados e princípios democráticos, no qual a linguagem utilizada é a política.

Segundo Brasil (2018), a ideia de democracia surgiu na Grécia Antiga, junto com o conceito de cidadão, e significava que todos os homens atenienses livres e de posses tinham o privilégio de reunirem-se em assembleia com outros cidadãos para decidirem os rumos da cidade-estado. Nessas assembleias os atenienses argumentavam na defesa de seus interesses e com isso influenciavam nas ações de governo (BOBBIO; MATTEUCCI & PASQUINO, 2010). Em linhas gerais, segundo Enriquez (2006), democracia significa o direito que todo cidadão tem de falar e ser ouvido nas decisões no espaço público.

Indo para o século XX, muito do que fora vislumbrado por Goheen ganha forma e isso é perceptível no trabalho de Castro (2002) intitulado “Espaços públicos, coexistência social e civilidade”. Nessa pesquisa, o povo não está mais a margem da sociedade, ao contrário, encontram-se no patamar de cidadãos e os espaços públicos começam a ser vistos como “espaços de cidadania”, onde o cidadão vive e consome o espaço. Neste século a preocupação urbanística está em evidência e a esfera pública, agora mais ativa, começa a criar e a administrar espaços públicos para o consumo dos cidadãos, como espaços de cultura e de lazer, e outros projetos urbanísticos. A esfera pública já não é mais vista de maneira pessimista como no século anterior. Nesse período profissionais de marketing começam a se interessar por estudar os diferentes tipos de espaço e como são consumidos (CASTRO, 2002; CASTILHO & DOLBEC, 2019).

Castro (2002) contribui para o estudo de espaços públicos por meio de uma análise sociológica deste conceito. Ela explica que a noção de público é uma construção social e política que resulta da combinação de vários fatores, da destinação de seu uso e do significado que receberá por um determinado grupo social. Destacamos também que os espaços públicos são, ou pelo menos deveriam ser, locais urbanos integradores que servem para consolidar

laços. Mas por que esta dúvida no meio da afirmação? A autora aponta que mesmo os espaços públicos disponibilizando acesso e voz a todos que tem problemas que são evidenciados na prática. Segundo Castro (2002) nas relações humanas, as opiniões de indivíduos e grupos nem sempre são compreendidas e aceitas por todos, principalmente, porque vivemos numa sociedade contemporânea que valoriza o individualismo e a competição.

A pesquisa de Karen Malone (2002) com jovens, sobre a percepção deles com relação ao uso dos espaços públicos, reforça as explicações de Castro (2002), os autores em certa medida, parecem compartilhar de visões parecidas. Malone (2002) explica que a sociedade global está transformando antigos espaços públicos abertos e inclusivos em espaços fechados, excludentes, cheios de regras e normas de comportamento. Malone (2002) justifica que isso é devido ao crescimento populacional, houve um aumento natural da diversidade humana que em consequência disto gerou pessoas que não estão sabendo expressar suas opiniões como antes, isso tem gerado atos de violência e até morte. Está faltando aos jovens, capacidade de diálogo, menos individualismo, respeito as diferenças e a opinião alheia (MALONE, 2002). A consequência disto tem sido a privatização dos espaços públicos na cidade pós-moderna, cheios de regras e controle. Em tradução livre, Malone (2002, p.168) escreve: “Para criarmos um espaço público onde existam oportunidades de crescimento e uma autêntica cultura de inclusão precisamos revisitar as ruas de antes de sua comercialização, para reaprender a criar espaços públicos vivos e não mortos”.

O trabalho de Castilho, Dolbec e Veresiu (2017), em certa medida estendem os achados de Castro (2002). Para os autores, nova dinâmica social que surge com a valorização do mercado pede um novo paradigma, em que o espaço não é um mero pano de fundo sobre o qual, passivamente, se desenrolam as relações sociais mas que ele também é um agente ativo na formação de habitus, rituais e gosto dos consumidores. Eles propõem uma visão mercadológica de que o espaço influencia na formação de mercados e onde o cidadão passa a ser visto como consumidor.

Castilho e Dolbec (2019) desenvolveram seu estudo sobre o espaço dividindo-o em quatro tipos, conforme a sua dinâmica social. São eles:

- Espaços públicos - locais destinados para o público, mas governado por uma autoridade pública (municipal, estadual ou federal). Nesta categoria inclui ruas, praças, parques, entre outros. Este tipo de espaço é voltado para a inclusão potencial de todos, independentemente, de origem social, gênero, opção sexual, raça ou cultura. Apesar de acessível a todos este tipo de espaço não é democrático nem igualitário. São espaços carregados de contestação e negociação de seu consumo, através do que chamaram de marcadores sociais (gosto por algo, regras de etiqueta e comportamento) (CASTILHO & DOLBEC, 2019);

- Espaços de mercado – locais excludentes pertencentes e governados por vários atores do mercado e caracterizados por privatização, competição, mercantilização e individualismo. O comportamento dos que frequentam deste tipo de espaço é incentivado através do consumo. São heterogêneos e excludentes, daqueles que não se encaixam na definição construída pelos atores que dominam este espaço (CASTILHO & DOLBEC, 2019);

- Espaços de segregação – são espaços excludentes criados para beneficiar grupos coesos ou uma comunidade. São caracterizados por áreas privativas, identificadas, com seguranças e devidamente controladas (CASTILHO & DOLBEC, 2019);

- Espaços emancipadores – são espaços temporários sem foco comercial, criados por comunidades como um espaço de subversão a ordem social tradicional, no qual indivíduos marginalizados ganham voz e podem defender suas ideias (CASTILHO & DOLBEC, 2019).

Quando pensamos em espaço público logo nos vem à mente locais como: praças, parques, praias e ruas, que segundo Mendonça (2007) são os espaços públicos formalmente constituídos. Para Silva (2019), enquanto lembrança, esses espaços formalmente constituídos são representações mentais do conceito clássico do significado de espaço público. Ou seja, são lugares carregados de significado, simbolismo e disputa de poder que, muitas vezes, transpassam o ambiente físico desses espaços dando a eles outros significados (SILVA, 2019).

Castilho e Dolbec (2019), entendem espaço público como o lugar governado por uma autoridade pública, que atende a interesses da população e são regulados por normas legais e de comportamento. Nesses espaços pode existir consumo mas este não é o seu foco. Eles alertam que também ocorrem barreiras de status e jogos de poder que determinam que tipo de atividade poderá ou não existir neste local. Ainda segundo os autores o espaço público ganha o contorno de democrático, onde as pessoas sentem que podem fazer o que está dentro das normas.

O termo a apropriação, representa uma ação que significa: 1. Tomar como seu; 2. Tornar como próprio, conveniente, adaptar e; 3. Apoderar-se (FERREIRA, 2010). Para Batista (2018) o processo de apropriação está dividido em quatro etapas: adaptação, assimilação, incorporação, interiorização e transmissão.

Então, como ocorreria a apropriação do espaço público? Segundo Batista (2018) e Silva (2019) a apropriação é uma ação que ocorre por meio de jogos de poder entre os consumidores desses espaços, somando-se a isso, as características dos tipos de espaço descritas por Castilho & Dolbec (2019). Onde cada indivíduo ou grupo entende o espaço de uma forma e tenta impor ou compartilhar sua opinião em seus grupos sociais. Bradford & Sherry Jr (2015) trabalham o tema em cima de metáforas e em uma delas comparam o espaço com um animal selvagem em que a apropriação ocorre quando o mesmo é domesticado, no que eles chamaram de domesticação do espaço público.

Resumidamente podemos dizer, com base no que foi descrito, que a apropriação é uma ação gerada por indivíduos quando estes fazem uso de objetos, espaços e outras coisas ao seu redor, introjetando neles significados e sentimentos que fazem com que o sujeito/objeto que recebe a ação muitas vezes ultrapasse o seu próprio significado (BATISTA, 2018).

2.1 A importância de se apropriar do espaço público

Será que é possível e viável nos apropriarmos do espaço público? Será que as pessoas estão entendendo que apropriar-se significa tomarem para si? Segundo Goheen (1998), espaço público é um espaço democrático no qual todos podem expressar suas ideias. Concordamos com Castro (2002) quando ela diz que os espaços públicos serão capazes de alcançar urbanidade quando os cidadãos e grupos forem capazes de deixarem de lado o individualismo e passarem a adotar atitudes coletivistas. Segundo Malone (2002) estamos caminhando para um processo de ressignificação do espaço que antes era público e está se tornando cada vez mais privatizado.

Vivemos em uma sociedade global que está entremeada pelo avanço tecnológico que precisa quebrar paradigmas e entender que os espaços também influenciam aqueles que dele fazem uso (CASTILHO, DOLBEC & VERISIU, 2017).

2.2 O espaço público: biblioteca universitária

Segundo Silveira (2014) as bibliotecas universitárias surgiram junto com as universidades européias a partir do século XII, Nunes & Carvalho (2016) explicam que esse surgimento foi devido a expansão urbana e comercial que reuniu as corporações de ofício que estavam dispersas em um único lugar. Segundo Cruz; Mendes e Weitzel (2004) é considerada biblioteca universitária toda a biblioteca que atua em faculdades, universidades e em outras instituições de ensino superior. Ainda segundo as autoras, as bibliotecas universitárias dão continuidade ao trabalho iniciado nas bibliotecas escolares, complementam os conhecimentos ministrados nos cursos e ajudam os estudantes universitários na utilização de recursos para futuras pesquisas científicas.

Segundo Diógenes e Cunha (2017) as bibliotecas universitárias são importantes para a universidade, pois as ajudam no cumprimento de sua missão institucional: o ensino, a pesquisa e a extensão. Para Cunha (2010) as bibliotecas universitárias possuem importância social, na medida em que ajudam a formar cidadãos, através da disponibilização de acervo físico e/ou virtual, ensino, aprendizagem e cultura para seus frequentadores e, segundo Silveira (2014), ainda disponibilizam espaços de convivência.

Nos últimos anos é possível perceber que vem ocorrendo um esvaziamento constante dos espaços públicos disponibilizados pelas bibliotecas (CRIPPA, 2015). O que pode estar acontecendo? Como reagir a isso? A autora desenvolve sua narrativa seguindo, quase que totalmente, a linha de pensamento sociológico descrita por Castro (2002) e faz uso de um ponto que é apontado por Castilho, Dolbec e Verisiu (2017) de quebra de paradigma, que classifica os espaços públicos como atores ativos na formação de mercado.

Segundo Crippa (2015) vivemos tempos de avanços rápidos da tecnologia da informação e comunicação que se choca com o perfil conservador de muitas bibliotecas e suas equipes. Será que estamos conseguindo atender as necessidades de nossos usuários, consumidores de informação? Crippa (2015) aponta que uma parte dos usuários das bibliotecas desta nova era estão a procura de acesso facilitado a elas, com o máximo possível de produtos e serviços que possam ser realizados e consumidos fora deste espaço. Mas será que isso significa o fim das bibliotecas? Segundo Crippa (2015) não será o fim, as bibliotecas já atravessaram séculos de existência e sempre se adequaram as demandas sociais de cada tempo, mas é preciso repensar antigas práticas, ouvir o que os nossos *stakeholders* tem a dizer para melhorar o que é oferecido e mudar, sem perder a essência. Para o autor, espaços públicos como o das bibliotecas tendem a se valorizar, desde que se adequem, diante do avanço da mercantilização dos espaços como defendem Castilho, Dolbec e Verisiu (2017)

REFERÊNCIA

BATISTA, C. L. Os conceitos de apropriação: contribuições à Ciência da Informação. **Em questão**, Porto Alegre, v.24, n.2, p. 210-234, maio/ago. 2018.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. v.2, 13 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

BRADFORD, T. W.; SHERRY JR, J. F. Domesticating public space through ritual: tailgating as vestival. **Journal of Consumer Research**, v.42, n.1, p. 130-151, 2015.

BRASIL. Planalto. **Entenda o que é o Estado Democrático de Direito**. 2018. Disponível em: <www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/noticias/2018/10/entende-o-que-e-o-estado-democratico-de-direito>. Acesso em: jun. 2020.

CASTILHO, R. B.; DOLBEC, P. Y. Conceptualizing spatial types: characteristics, transitions and research avenues. **Marketing Theory**, v.18, n.2, p.154-168, 2018.

CASTILHO, R. B.; DOLBEC, P. Y.; VERESIU, E. Introducing a spatial perspective to analyze market dynamics, **Marketing Theory**, v.17, n.1, p.9-29, 2017.

CASTRO, A. Espaços públicos, coexistência social e civilidade: contributos para uma reflexão sobre espaços públicos urbanos. **Cidades, Comunidades e Territórios**, n.5, p.53-67, dez. 2002.

CRIPPA, G. Pensando o espaço público do presente: a biblioteca pública em sua função social. **DataGramZero**, v. 16, n. 2, 2015.

CRUZ, A. C.; MENDES, M. T. R.; WEITZEL, S. R. **A biblioteca: o técnico e suas tarefas**. 2.ed. Niterói: Intertexto, 2004.

CUNHA, M. B. A biblioteca universitária na encruzilhada. **DataGramZero**, v. 11, n. 6, dez. 2010.

DIÓGENES, F. C. B.; CUNHA, M. B. Desenvolvimento das universidades e bibliotecas universitárias na idade média até à modernidade. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.15, n.1, p.99-129, jan./abr. 2017.

ENRIQUEZ, E. O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável. **RAE-eletrônica**, v.5, n.1, jan./jun. 2006.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GOHEEN, P. Public space and the geography of the modern city. **Progress in Human Geography**, v.22, n.4, p.479-496, 1998.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

MALONE, K. Street life: youth, culture and competing uses of public space. **Environment & Urbanization**, v.14, n.2, oct. 2002.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, v.7, n.2, p.296-306, ago. 2007.

NUNES, M. S. C.; CARVALHO, K. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v.21, n.1, p.173-193, jan./mar. 2016.

SILVA, I. M. Forma de apropriação do que é espaço público. In: **Encontro da ANPAD**, 43, 2019, São Paulo.

SILVEIRA, N. F. Evolução das bibliotecas universitárias: information commons. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 19, n.1, p.69-76, jan./jun. 2014.